

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Junta de Recursos - SES-MG****Parecer nº 8/SES/GAB-JRECURSOS/2024****PROCESSO Nº 1320.01.0134846/2021-51****JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA****ASSISTENCIAL****ASSUNTO:** Análise de Recurso Administrativo**AUDITADO:** Sistema Municipal de Saúde**UNIDADE VISITADA:** Hospital César Leite (HCL)**MUNICÍPIO:** Manhuaçu**SEI:** 1320.01.0134846/2021-51**ATIVIDADE SISAUD:** 693**RECORRENTES:**

. K. G. S. S.(ex. Secretária Municipal de Saúde)

. Hospital César Leite (representado pelo seu Provedor, **Sr. S.O.C.**— Pessoa Jurídica.**RELATÓRIO**

Trata-se de auditoria programada, realizada pela Assessoria Regional de Auditoria Assistencial (ARAS) Nordeste, no Sistema Municipal de Saúde de Manhuaçu, tendo como unidade visitada o Hospital César Leite (HCL), no período compreendido entre 23 a 27/05/2022.

A auditoria em questão ocorreu em atendimento ao Plano Anual de Auditoria Assistencial, do Componente Estadual de Auditoria CEA/SUS-MG exercício de 2022, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19.

Após emissão dos Relatórios Finais de Auditoria, foram originados os Ofícios de Notificação SES/AUDSUS nº483/2023, 484/2023, 485/2023, 486/2023 e 487/2023 em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de penalidades, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Relatório Final na Secretaria Municipal de Saúde:

· **Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:**

1 – Constatação nº 648628 - A Secretaria Municipal de Saúde de Manhuaçu (SMS) não celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital César Leite (HCL) para repasse da maior parte dos recursos financeiros recebidos (de origem Federal) e do Termo de Compromisso 453/7461/2021 celebrado com o Estado (origem Estadual), referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

2 – Constatação nº 648675 –A SMS de Manhuaçu não aplicou adequadamente o recurso financeiro recebido do Fundo Estadual de Saúde de MG (FES-MG) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de médio-alta complexidade no Hospital César Leite (HCL).

3 – Constatação nº 648795–A SMS de Manhuaçu não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média-alta complexidade no Hospital César Leite (HCL).

4 – Constatação nº 651139–A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhuaçu não realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital César Leite para o enfrentamento da COVID-19.

5 – Constatação nº 650680–A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhuaçu não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital César Leite.

6 – Constatação nº 650681 -A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhuaçu realiza parcialmente o controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital César Leite, no atendimento de casos da COVID-19.

7 – Constatação nº 648920–A SMS não validou adequadamente os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador HCL, conforme estabelecido em normas que regulamentam os repasses das Portarias GM/MS 1769/2020, 2021/2020, 2996/2020, 3296/2020, 3576/2020, 431/2021 e Resolução SES/MG nº 7461/2021.

8 – Constatação nº 648971 –A SMS de Manhuaçu não promoveu a devida alteração/complementação nas LDO e LOA 2020 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Relatório Final no Hospital César Leite:

· **Penalidade de Advertência Escrita em consequência da constatação não conforme:**

1 - Constatação nº 650786 – O Hospital César Leite (HCL) não realizou prestação de contas conforme previsto na legislação vigente para os recursos federais oriundos das Portarias GM/MS n.º

1666/2020, 1769/2020, 2021/2020, 2996/2020, 3295/2020, 3296/2020, 3454/2020, 3538/2020, 3576/2020 e 2237/2021.

PARECER

A Ex. Secretaria Municipal de Saúde de Manhuaçu Sra. K. G. S. S. apresentou Recursos em segunda instância (...), do qual conhecemos por sua tempestividade e legitimidade:

1 – Constatação nº 648628 - A Secretaria Municipal de Saúde de Manhuaçu (SMS) não celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital César Leite (HCL) para repasse da maior parte dos recursos financeiros recebidos (de origem Federal) e do Termo de Compromisso 453/7461/2021 celebrado com o Estado (origem Estadual), referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

A equipe de auditoria evidenciou:

"Durante a auditoria, observou-se que o Hospital César Leite recebeu recursos financeiros destinados ao combate a Pandemia do Coronavírus (de origem estadual e federal) conforme registrados no Anexo I deste Relatório. Esses recursos foram repassados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ao Hospital, inexistindo, no entanto, instrumentos jurídicos celebrados para maior parte dos recursos repassados: - Portaria Federal GM/MS nº 2996/2020 (R\$ 480.000,00) - recurso repassado para o prestador em 04/12/2020 mediante empenho ordinário 7544/2020; - Portarias Federais GM/MS nº 3295 e GM/MS nº 3296/2020 (R\$ 480.000,00 e R\$ 480.000,00) - recursos repassados para o prestador em 28/12/2020 mediante empenho ordinário 8010/2020; - Portaria Federal GM/MS nº 3454/2020 (R\$ 960.000,00) - recurso repassado para o prestador em 30/03/2021 mediante empenho ordinário 2258/2021; - Portaria Federal GM/MS nº 3538/2020 (R\$ 960.000,00) - recurso repassado para o prestador em 27/01/2021 mediante empenho ordinário 734/2021; - Portaria Federal GM/MS nº 3576/2020 (R\$ 1.440.000,00) - recurso repassado para o prestador em 27/01/2021 mediante empenho ordinário 733/2021;

Os demais repasses financeiros federais no ano de 2021 também não dispunham de instrumentos celebrados, sendo promulgados apenas Decretos Extraordinários. Os repasses financeiros federais destinados ao combate da Pandemia do Coronavírus (anexo I) que possuem instrumentos celebrados foram realizados com os contratos 101/2020 (Portarias GM/MS 1769 e 2021/2020), 121/2020 (Portaria GM/MS nº 1666/2020) e Termo de Convênio 02 (Portaria GM/MS 1393 e 1448/2020). Referente aos recursos financeiros oriundos do Termo de Compromisso 453/7461/2021 celebrado com o Estado em que o Prestador foi parte beneficiada, o município também não celebrou instrumento jurídico de repasse. Os demais recursos estaduais repassados pelo Fundo Estadual de Saúde de MG ao HCL, foram realizados através de celebração de Termo de Metas diretamente com o hospital."

Manifestação da Recorrente:

"Em resposta a análise da justificativa recebida no ofício 486/2023 referente ao texto que enviei anteriormente, a qual indica a necessidade de apresentação de comprovação documental, encaminho em anexo o contrato 101/2020 e o seu primeiro termo aditivo, uma vez que este foi o instrumento jurídico celebrado em 02/09/2020 para realização dos repasses ao Hospital César Leite, oriundos das portarias 1769/2020 e prorrogado pela portaria nº 2996/2020 (480.000,00) - repassado ao

prestador em 04/12/2020 empenho ordinário 7544/2020. É importante ressaltar que a portaria 2.996 tem por objetivo prorrogar as habilitações de leitos de UTI vinculados aos recursos da portaria 1769/2020, talvez este tenha sido o equívoco em não encontrar um instrumento que menciona a portaria 2996/2020, pois como dito, nela consta justamente o recurso da portaria 1769/2020 que foi destinada ao HCL. Em anexo encaminho também a portaria GM/2996/2020 para complementar a comprovação desta justificativa.

O mesmo equívoco ocorre no questionamento feito aos repasses oriundos das portarias nº 3295 e nº 3296/2020 (480.000,00 e 480.000,00) - repassado ao prestador em 28/12/2020 mediante empenho ordinário 8010/2020. Onde, na verdade estes repasses são oriundos da portaria 2021/2020 e prorrogados pelas respectivas portarias 3295 e 3296, ambas contempladas também no instrumento jurídico 101/2020 como afirmado no próprio relatório elaborado pela equipe de auditoria, na página 7, onde no segundo parágrafo diz: " Os repasses financeiros federais destinados ao combate da Pandemia do Coronavírus (anexo I) que possuem instrumentos celebrados foram realizados com os contratos 101/2020 (Portarias GM/MS 1769 e 2021/2020)..."

Estabelece a Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências:

(...)

Art. 9º A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o [inciso I do art. 198 da Constituição Federal](#), sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

(...)

III - no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.

(...)

Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.

(...)

A Portaria MS/GM nº. 02 de 28 de setembro de 2017, que contém a consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS, estabeleceu:

(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

(...)

Art. 21. A contratualização será formalizada por meio de instrumento celebrado entre o gestor do SUS contratante e o prestador hospitalar sob sua gestão, com a definição das regras contratuais, do estabelecimento de metas, indicadores de acompanhamento e dos recursos financeiros da atenção hospitalar. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 21)

Parágrafo Único. Para fins da contratualização hospitalar, recomenda-se que todos os instrumentos formais de contratualização que envolvam a prestação de ações e serviços de saúde em um mesmo estabelecimento sejam celebrados pelo gestor público de saúde do respectivo ente federado contratante, mesmo havendo a oferta e coficiamento de ações e serviços por outro ente federado. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 21, Parágrafo Único)

(...)

Art. 38. Os gestores do SUS deverão firmar os instrumentos formais de contratualização com os hospitais sob sua gestão. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 38)

No mesmo sentido são as disposições da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017:

(...)

Art. 130. Nas hipóteses em que a oferta de ações e serviços de saúde públicos próprios forem insuficientes e comprovada a impossibilidade de ampliação para garantir a cobertura assistencial à população de um determinado território, o gestor competente poderá recorrer aos serviços de saúde ofertados pela iniciativa privada. (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º)

(...)

§ 2º Assegurada a preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos e ainda persistindo a necessidade quantitativa dos serviços demandados, o ente público recorrerá às entidades com fins lucrativos. (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º, § 2º)

§ 3º A participação complementar das instituições privadas de assistência à saúde no SUS será formalizada mediante a celebração de contrato ou convênio com o ente público, observando-se os termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, de acordo com os seguintes critérios: (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º, § 3º)

I - convênio: firmado entre ente público e a instituição privada sem fins lucrativos, quando houver interesse comum em firmar parceria em prol da prestação de serviços assistenciais à saúde; e (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º, § 3º, I)

II - contrato administrativo: firmado entre ente público e instituições privadas com ou sem fins lucrativos, quando o objeto do contrato for a compra de serviços de saúde. (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º, § 3º, II)

(...)

A Resolução CIT nº 4 de 19 de julho de 2012 dispunha sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do SUS, para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP):

(...)

ANEXO I

RESPONSABILIDADES

4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

4.1 Municípios

(...)

I. Elaborar contratos com os prestadores de acordo com a política nacional de contratação de serviços de saúde e em conformidade com o planejamento e a programação da saúde pactuada nas Comissões Intergestores;

m. Monitorar e fiscalizar os contratos e convênios com prestadores contratados e conveniados, bem como das unidades públicas;

(...)

Importante apontar que o contrato e convênio informado pela recorrente foi objeto de análise pela equipe de auditoria. Consta-se que a documentação apresentada (contrato 101/2020 e seu primeiro termo aditivo) referem-se a recursos disponibilizados por meio das Portarias GM/MG 1769 e 2021, conforme apontado na fonte de evidência.

Em que pese às demais Portarias (2996/2020, 3295/2020, 3296/2020) prorrogarem a 1769 e 2021/2020, o único instrumento que aditou o contrato em questão não faz quaisquer referências àquelas. Assim sendo, nossa opinião é pela manutenção da penalidade aplicada.

2 – Constatação nº 648675 – A SMS de Manhuaçu não aplicou adequadamente o recurso financeiro recebido do Fundo Estadual de Saúde de MG (FES-MG) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de médio-alta complexidade no Hospital César Leite (HCL).

A equipe de auditoria evidenciou:

"O recurso estadual recebido pela SMS de Manhuaçu para ser repassado ao HCL está discriminado no Anexo 01 e o restante dos recursos repassados diretamente do FES ao HCL estão registrados no Anexo II. A SMS de Manhuaçu recebeu no dia 14/05/2021 na c.c. nº 63705-X - ag. 316-6 - BB, por meio da Resolução SES/MG nº 7461/2020 - o valor total de R\$ 315.000,00 (Trezentos e Quinze Mil Reais) para repasse específico ao HCL, destinado ao apoio à Estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional. O recurso só foi repassado ao HCL no dia 22/06/2021, na c.c. nº 3337-3 - ag. 316-6 - CEF, conforme discriminado no Anexo 01. Muito embora o processo de pagamento esteja dentro dos ditames legais exigidos pelas normas como nota de empenho prévio, assinaturas do ordenador de despesas, liquidante e autorizador de pagamento, ter sido empenhado na classificação orçamentária específica para ações contra Covid, existência de nota fiscal e comprovante de transferência bancária, ocorre que o repasse foi efetivado com atraso (38 dias após recebimento pela SMS)."

Não houve manifestação da Recorrente.

3 – Constatação nº 648795 – A SMS de Manhuaçu não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média-alta complexidade no Hospital César Leite (HCL).

A equipe de auditoria evidenciou:

"Os recursos federais recebidos pela SMS de Manhuaçu para serem repassados ao HCL para enfrentamento ao Covid 19 estão discriminados no Anexo 01. Muito embora os processos de pagamentos estejam dentro dos ditames legais exigidos pelas normas como: nota de empenho prévio, assinaturas do ordenador de despesas, liquidante e autorizador de pagamento, ter sido empenhado na classificação orçamentária específica para ações contra Covid, existência de nota fiscal, comprovante de transferência bancária e dispositivo legal municipal, bem como a partir de alguns empenhos de 2021 a existência de parecer do serviço de controle regulação e avaliação, ocorre que o repasse foi efetivado com atraso (superior ao prazo máximo de 5 dias exigido pela legislação), conforme discriminado nos repasses abaixo): - Port. GM/MS 1393/2020 - R\$ 745.360,96 - Recebido FMS em 26/05/2020 - Repassado via empenho 4525/2020 em 03/07/2020 (37 dias); - Port. GM/MS 1448/2020 - R\$ 816.835,73 - FMS em 04/06/2020 - Rep. via empenho 4525 em 03/07/2020 (29 dias)."

Manifestação da Recorrente:

"Trata-se de não conformidade devido ao repasse de recursos efetivados com atraso. Conforme relatei na justificativa enviada anteriormente que durante todo o pleito (2017/2021) a instituição hospitalar credenciada para realizar atendimentos à população da região de saúde o Hospital César Leite, recebeu todos os recursos a ela destinados por meio de instrumentos jurídicos elaborados pela procuradoria do município, sendo estes baseados na legislação vigente. Portanto estes recursos que tratam as portarias supracitadas também seguiram a mesma normatização, com fluxo de comunicação a instituição da existência do recurso conforme publicação da portaria e nesta oportunidade a solicitação da documentação da instituição com plano de trabalho respectivo para que se pudesse celebrar o convênio ou contrato ou termo congênere. O fato é que o prazo para entrega dos documentos pela instituição e conseqüentemente a finalização do trâmite para execução do repasse e conclusão desta tramitação para execução do repasse excedeu-se, por isso não foi possível cumprir os 5 dias. Encaminho em anexo a comprovação desta justificativa, sendo esta evidenciada pelo ofício nº 184/2020, datado de 28 de agosto de 2020, expedido pela própria instituição hospitalar para encaminhar os documentos solicitados para seguir com a elaboração do instrumento jurídico. Este ofício compõe o processo de inexigibilidade 01/2020 a qual, culmina com a celebração do contrato 101 e seus respectivos termos aditivos. Como dito anteriormente, o ofício encaminha os documentos necessários à celebração do contrato em 28 de agosto de 2020 (sexta-feira) para que sejam repassados os recursos das portarias: Portaria. GM/MS 1769/2020 - R\$ 1.440.000,00 recebido em 21/07/2020 e repassado em 03/09/2020 Portaria. GM/MS 2021/2020 - R\$ 1.440.000,00 recebido em 21/08/2020 e repassado em 03/09/2020 Logo, como pode-se observar o recurso foi repassado no dia 03/09/2020 (quinta-feira), ou seja dentro do prazo de 3 dias úteis, do recebimento da documentação exigida por lei, para celebração do contrato. O segundo instrumento celebrado contrato 121/2020 para realizar as transferências dos recursos das respectivas portarias abaixo relacionadas, também recebeu os documentos da instituição hospitalar de forma intempestiva, sendo o ofício (em anexo) juntamente com a documentação enviada em 03/11/2020. E o recurso repassado no dia 04/11/2020. Portaria. GM/MS 2996/2020 - R\$ 480.000,00 recebido em 12/11/2020 e repassado em 04/12/2020. Sabendo da exigência legal em se elaborar instrumentos jurídicos para o repasse de recursos públicos, não podíamos nos abster desta prerrogativa, imposta inclusive pela legislação federal antes da tramitação legal e sem os documentos da instituição. Por este motivo, peço deferimento da justificativa."

A Portaria MS/GM nº 06/2017, que Consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, estabeleceu: (...)

Seção IV

Do Prazo para o Pagamento dos Incentivos Financeiros aos Estabelecimentos de Saúde que Prestam Serviços de Forma Complementar ao SUS

Art. 303. Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após o Ministério da Saúde creditar na conta bancária do fundo estadual/distrital/municipal de saúde, para que os gestores efetuem o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência de forma complementar ao SUS. (Origem: PRT MS/GM 2617/2013, Art. 1º)

Conforme transcrito a Recorrente alega que os atrasos em questão se deram, por questões relativas ao trâmite para execução do repasse, especialmente no que se refere ao encaminhamento da documentação por parte da instituição. A título de exemplo encaminhou ofício da instituição () datado de 28 de agosto de 2020, relativo a documentação para recebimento dos recursos repassados ao SMS em 21 de julho de 2020, cuja transferência para conta do prestador se deu em 03 de setembro de 2020.

Assim sendo, ficou evidenciado atraso no encaminhamento da documentação por parte do hospital, situação em que nossa opinião é no sentido de que foi apresentada justificativa, acompanhada de documentação apta a afastar a irregularidade identificada.

4 – Constatação nº 651139 – *A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhuaçu não realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital César Leite para o enfrentamento da COVID-19.*

A equipe de auditoria evidenciou:

"O hospital é contratualizado e em entrevista com o gerente do Serviço de Controle Avaliação e Regulação-SCAR, o Sr. A. F., foi informado que a Comissão de Acompanhamento da Contratualização não está funcionando, ainda não foi empossada, não havendo avaliações qualitativas e quantitativas do período analisado. A legislação correlata estabelece a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas, para que o prestador de serviço não seja penalizado, mas não a suspensão do acompanhamento e avaliação do contrato durante a pandemia. Assim, a contratualização não está sendo acompanhada pelo município."

Manifestação da Recorrente:

"Com relação ao acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital César Leite para o enfrentamento da COVID-19, celebrados no ano de 2020, faço saber que até o dia 31/12/2020 quando finalizou o pleito da gestão a qual fiz parte, a equipe de regulação e auditoria da secretaria municipal de saúde de Manhuaçu realizou os acompanhamentos in loco e também por meio de documentos formais enviados pelo Hospital César Leite a secretaria municipal de saúde, referente aos recursos recebidos para enfrentamento da COVID 19. É válido ressaltar que os prazos para prestações de contas e apresentação de resultados quantitativos e qualitativos não estavam expirados, pois os recursos recebidos em sua grande maioria foram no segundo semestre de 2020, sendo portanto sua prestação de contas aprazada para o ano de 2021, conforme estava previsto no contrato. Mesmo assim o hospital mantinha total disponibilidade para apresentar documentos, fotos e inclusive um boletim diário de atendimentos para a secretaria de saúde e também para toda a sociedade, referente a aplicação dos recursos destinados à COVID. Ressalto ainda que existia no ano de 2020 um comitê de enfrentamento à COVID municipal, que contava com a participação de profissionais de saúde, representante do corpo de bombeiros, conselho municipal de saúde, representantes de outras secretarias do município e prestadores de saúde, inclusive do Hospital César Leite, que por inúmeras vezes apresentou informações sobre o atendimento realizado e a utilização destes recursos para os mesmos. As atas das reuniões foram registradas em livro específico e ficaram no município para a continuidade dos trabalhos do comitê. Conforme já abordado na justificativa inicial a respeito do acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital César Leite para o enfrentamento da COVID-19, celebrados no ano de 2020, pela equipe da secretaria municipal de saúde de Manhuaçu, encaminho (no anexo neste email) para comprovação planilhas, documentos e atas que tive acesso, e me coloco à disposição para encaminhar demais documentos que se fizerem necessários."

A legislação pertinente, estabelece o seguinte:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2 de 28/2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde:

(...)

Seção VII

Do Eixo de Responsabilidades das Esferas de Gestão

(Origem: PRT MS/GM 3390/2013, CAPÍTULO III, Seção VI)

Art. 37. *A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, representados por suas instâncias gestoras do SUS, são responsáveis pela organização e execução das ações da atenção hospitalar nos seus respectivos territórios, de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP). (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32)*

(...)

§ 3º *Compete às Secretarias Municipais de Saúde e do Distrito Federal: (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32, § 3º)*

VI - *estabelecer a contratualização dos hospitais sob sua gestão e realizar o monitoramento e a avaliação das metas pactuadas no instrumento contratual; (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32, § 3º, VI)*

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

(...)

Art. 5º *Compete aos entes federativos contratantes: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 5º)*

V - *gerenciar os instrumentos formais de contratualização sob sua gestão, visando à execução das ações e serviços de saúde e demais compromissos contratualizados; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 5º, V)*

(...)

Art. 33. *Caberá a todas as esferas de gestão do SUS o monitoramento e a avaliação dos serviços prestados pelos hospitais contratualizados ao SUS, respeitadas as competências de cada esfera de gestão. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 33)''*

Como forma de oferecer suporte probatório às suas alegações, a Recorrente encaminhou ata de reunião do comitê gestor da COVID-19, datada de 22 de junho de 2020, documento que não serve, ao nosso entender, como meio de comprovação do acompanhamento e avaliação da execução dos contratos celebrados com o ente prestador dos respectivos serviços assistenciais. Assim sendo, nossa opinião é pela manutenção da penalidade aplicada.

5 – Constatação nº 650680 – *A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhauçu não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital César Leite.*

A equipe de auditoria evidenciou:

"Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Manhuaçu não fez avaliação e monitoramento diário da ocupação dos leitos em todo o período analisado. Em análise da Planilha do Sistema SUSFácil foi verificado 492 ocorrências de Negativas no ano 2020 e 2051 ocorrências no ano de 2021, onde todas as justificativas registradas constam o mesmo motivo "Não há leito disponível". Segundo o Gerente do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação-SCAR, o Sr. A.F., não tem dados do ano de 2020, além de que o Hospital César Leite deixou de enviar a relação dos pacientes COVID-19 assistidos em agosto/2021. Contudo, é feito o acompanhamento mensal da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital César Leite no ano de 2021. Foi relatado que os pacientes de Manhuaçu são recebidos pela Unidade de Apoio Respiratória - UAR (SMS) que ficou como porta de entrada e regulação das internações para o HCL, e os demais pacientes da região regulados pelo SUSFácil. A SMS iniciou o controle mensal da ocupação, a partir do monitoramento das internações no ano de 2021. Concluindo, não houve acompanhamento e monitoramento diário da ocupação dos leitos COVID-19 no prestador de serviço pela SMS/Manhuaçu no período analisado."

Assim se manifestou a Recorrente:

"Segue em anexo documentos e planilhas sobre o acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital César Leite. Conforme solicitado."

Da normativa que rege o tema:

- Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que contém as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

(...)

Anexo XXVI

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)

(...)

Art. 5º A Regulação do Acesso à Assistência efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão por meio de atendimentos às urgências, consultas, leitos e outros que se fizerem necessários contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º)

(...)

II - controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos especializados; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, II) (...)

- Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus – COVID-19) da Macrorregião Leste do Sul.

(...)

V. SISTEMAS DE APOIO

V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório

(...)

Gestores municipais:

(...)

II. Criar mecanismos para que os prestadores cumpram seu papel assistencial definido neste Plano de Contingência;

III. Garantir a gestão intra-hospitalar adequada dos leitos;

IV. Garantir a fidedignidade e tempestividade das informações relativas a ocupação de leitos hospitalares do seu território; (...)

A Recorrente anexou planilha (Indicador: Enfermaria – COVID) (...) contendo relação de internações e altas no ano de 2020. Conforme fonte de evidencia a SMS iniciou o controle mensal da ocupação, a partir do monitoramento das internações no ano de 2021. Assim sendo, consideramos que a penalidade deverá ser afastada.

6 – Constatação nº 650681 - A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Manhauçu realiza parcialmente o controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital César Leite, no atendimento de casos da COVID-19.

A equipe de auditoria evidenciou:

"Durante a auditoria, verificou-se que existem ações pontuais de monitoramento, por parte da SMS de Manhauçu, em relação à produção de internações por COVID-19 realizadas pelo Hospital César Leite. No ano de 2020 não houve monitoramento das ações do hospital, mas no ano de 2021 o monitoramento ocorreu por meio de planilha Excel, constando todas as internações COVID, realizando o controle da produção informada pelo Hospital no SIH/SUS. O Serviço de Controle, Avaliação e Regulação-SCAR atesta os procedimentos realizados pelo prestador de serviços quanto ao controle dos leitos da UTI COVID para o repasse do recurso financeiro, sendo assinado pelo responsável e pela gestora. O município conta com 2 (dois) médicos revisores hospitalares, no entanto, no período pandêmico, não ocorreu revisão dos prontuários, sendo os mesmos autorizados no SUSFácil. Atualmente o serviço está sendo reestruturado com nova equipe de profissionais para acompanhar e avaliar os procedimentos pós-fixados de neonatologia, hemodinâmica, leitos novos de UTI, neurocirurgia e cirurgias eletivas executados pelo Hospital César Leite, com monitoramento das ações e verificação "in loco" por amostragem."

Manifestação do auditado:

"Segue em anexo documentos e planilhas sobre controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo HCL no ano de 2020 dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19, conforme solicitado."

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, Inciso I e Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, Artigo 37; com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, item 4.1.n; com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, e com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar - SIH de janeiro/2017, item 4.3, p. 9.

Da legislação que rege o tema:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2 de 28 de dezembro de 2017, que contém as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

(...)

Seção VII

Do Eixo de Responsabilidades das Esferas de Gestão

(Origem: PRT MS/GM 3390/2013, CAPÍTULO III, Seção VI)

§ 3º *Compete às Secretarias Municipais de Saúde e do Distrito Federal: (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32, § 3º)*

(...)

VI - *estabelecer a contratualização dos hospitais sob sua gestão e realizar o monitoramento e a avaliação das metas pactuadas no instrumento contratual; (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32, § 3º, VI)*

VII - *estabelecer mecanismos de controle, regulação, monitoramento e avaliação das ações realizadas no âmbito hospitalar em seu território, através de indicadores de desempenho e qualidade; (Origem: PRT MS/GM 3390/2013, Art. 32, § 3º, VII)*
(...)

- Resolução CIT nº 4, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), vigente à época:

(...)

ANEXO I

RESPONSABILIDADES

(...)

4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

4.1 Municípios

(...)

m. Monitorar e fiscalizar os contratos e convênios com prestadores contratados e conveniados, bem como das unidades públicas;

n. Monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;

A Recorrente encaminhou planilhas (...) contendo relatórios de pacientes internados no respectivo período. Outrossim, segundo fonte de evidência atualmente o serviço está sendo reestruturado, situação em que no ano de 2021 o monitoramento ocorreu adequadamente. Assim sendo, nossa opinião é pelo cancelamento da penalidade aplicada.

7 – Constatação nº 648920 – *A SMS não validou adequadamente os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador HCL, conforme estabelecido em normas que regulamentam os repasses das Portarias GM/MS 1769/2020, 2021/2020, 2996/2020, 3296/2020, 3576/2020, 431/2021 e Resolução SES/MG nº 7461/2021.*

A equipe de auditoria evidenciou:

"Em análise da documentação apresentada e diligências realizadas junto à SMS e HCL, procedeu-se à avaliação da prestação de contas referente aos repasses das Portarias Federais e Resolução Estadual supracitadas e constatou-se que a SMS Manhuaçu não emitiu parecer adequado acerca das prestações de contas parcial e/ou total dos recursos financeiros disponibilizados ao Hospital para os seguintes recursos: - Portarias GM/MS nº 1769/2020 e 2021/2020 - Recurso Específico para repasse ao HCL: A SMS repassou ao HCL na data de 03/09/2020 o montante de R\$ 2.880.000,00 referente às duas portarias, mediante empenho 5835/2020. O hospital utilizou os recursos e não encaminhou as prestações de contas alegando que não foi instruída pela SMS acerca da necessidade de referida prestação. Além disso, a Equipe comprovou que no Contrato 101, ressalte-se que foi um dos poucos recursos repassados com instrumento jurídico celebrado, a inexistência de cláusula específica que tange sobre a prestação de contas do recurso recebido pela Entidade, fato também alegado por representante do Hospital para o não encaminhamento da referida prestação de contas. Até a finalização dos trabalhos operativos (27/05/2022) a SMS ainda não havia se posicionado acerca da referida inexistência da prestação. - Resolução SES/MG nº 7461/2021 - Recurso Estadual para repasse ao HCL: A SMS repassou ao HCL na data de 22/06/2021 o montante de R\$ 315.000,00, mediante empenho 3548/2021. O hospital utilizou os recursos encaminhou a prestação de contas no dia 24/03/2022 mediante Ofício HCL nº 60/2022. A SMS alegou que não ter fornecido parecer devido à existência de pendências documentais por parte do hospital, mas não forneceu à equipe de auditoria documentação comprovando que houve análise e corroborando as referidas pendências. - Para as Portarias GM/MS nº 2996/2020, 3296/2020, 3576/2020 e 431/2021 também foi alegado pendências documentais, mas as prestações de contas só foram entregues em 25/04/2022, não havendo comprovação do acompanhamento por parte da SMS e cobrança pela entrega atrasada das referidas prestações. - Para as Portarias 561/2021, 808/2021, 1135/2021, 1407/2021, 2006/2021, 2595/2021 e 2242/2021 as prestações só foram entregues em 13/05/2022 e ainda estão em prazo regulamentar para avaliação pela SMS Manhuaçu. - Para as Portarias 1393/2020, 1448/2020, 3295/2020, 3454/2020, 3538/2020, 567/2021, 897/2021, 1059/2021, 1453/2021, 1966/2021, 2336/2021, 2730/2021, 3202/2021 a SMS já emitiu certidão aprovando as referidas prestações de contas. Ressalte-se que além de não dispor de cláusula específica sobre prestação de contas nos poucos instrumentos celebrados (p. ex. contratos 101 e 121), a inexistência do instrumento jurídico na maioria dos recursos financeiros para combate ao COVID-19 repassados ao HCL, dificultou o

devido acompanhamento, controle e análise da utilização dos mesmos e fragilizou a Administração Pública Municipal em seu papel de gestor e controlador dos gastos com os recursos COVID."

Manifestação da Recorrente:

"No contrato 101, na cláusula 11ª que trata das Responsabilidade da entidade beneficiada, dispões na alínea c que diz: Apresentar, na periodicidade ajustada, relatórios de atendimento e outros documentos comprobatórios da execução dos serviços efetivamente prestados e/ou colocados à disposição; Com relação a inexistência de menção à prestação de cotas vale .666/93 "lei de licitações e contratos", conforme se vê da alínea i, da cláusula 11ª que diz: O CONTRATADO obriga-se a manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis. Lado outro, a lei 8666/93 no seu artigo 116 trata dos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos celebrados pela administração. No seu parágrafo 6º diz o seguinte: Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos. (sem destaques no original) Em que pese não constar no contrato 101 a menção direta da prestação de contas, vê-se que o município não fica impossibilitado de exigi-la, mesmo porque o parágrafo 6º acima mencionado exige uma verdadeira prestação de contas, lado outro, ainda poderá o município atuar no sentido de instaurar TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. Quanto ao procedimento de tomada de contas especial está previsto na instrução normativa numero 003 de 27 de fevereiro de 2013, a qual "Dispõe sobre os procedimentos da tomada de contas especial no âmbito dos órgãos e entidades das Administrações Diretas e Indiretas, estaduais e municipais, e dá outras providências".

Da normativa que rege o tema:

Estabelece a Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, que Dispõe sobre as normas gerais do processo de prestação de contas dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde - FES:

(...)

Art. 3º *Para cada Termo de Compromisso ou Termo de Metas celebrado com os Beneficiários será elaborado um processo anual de prestação de contas, a ser apresentado nos termos estabelecidos nesta Resolução.*

§1º *O processo de prestação de contas será realizado anualmente, utilizando o ano fiscal como período de referência.*

§2º *Estão obrigados a prestar contas os Beneficiários que receberem recursos públicos repassados pelo FES, devendo ser observado, para tanto, o ano fiscal de referência do processo de prestação de contas; ou os Beneficiários que possuem saldos remanescentes de repasses anteriores ao ano fiscal apurado.*

§3º *A comprovação da utilização de recursos de origem federal transferidos do FES ao respectivo fundo de saúde do ente federado será realizado com base na norma federal que regulamenta a sua utilização.*

Art. 4º A Prestação de Contas via GEICOM deverá ser realizada anualmente pelo Beneficiário, de forma declaratória, por meio do preenchimento de formulário digital.

§1º O formulário a que se refere o caput deste artigo deverá ser disponibilizado pelo Gestor de Programa até o 5º (quinto) dia útil do mês de janeiro do ano subsequente.

§2º A Superintendência de Planejamento e Finanças da Secretaria de Estado de Saúde – SPF/SES/MG ficará responsável por monitorar o prazo previsto no § 1º deste artigo.

§3º Caso não haja o cumprimento do prazo estabelecido no § 1º deste artigo, a Diretoria de Prestação de Contas da SPF/SES/MG deverá notificar o Gestor de Programa, que terá 5 (cinco) dias úteis para a liberação do citado formulário no sistema, bem como apresentar as justificativas pelo não cumprimento do prazo.

§4º O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste artigo, sem justificativa adequada, resultará em perda de pontos para a equipe responsável pelo Programa no acordo de resultados.

Art. 5º O Beneficiário terá 60 (sessenta) dias para preencher e assinar o formulário digital da Prestação de Contas via GEICOM, contados a partir de sua liberação no sistema.

§1º O Beneficiário deverá preencher e assinar as seguintes informações relacionadas ao Processo de Prestação de Contas: I - relatório de execução financeira e física do termo; II - demonstrativo financeiro da receita e despesa, evidenciando saldo anterior porventura existente, recursos recebidos, rendimentos auferidos em aplicações no mercado financeiro, e saldo ao final do termo; e III - restituição de saldo do recurso ou de rendimentos auferidos em aplicações financeiras não utilizados na consecução da finalidade ou objeto pactuado.

§2º A Prestação de Contas via GEICOM deverá ser assinada digitalmente pelo representante legal do Beneficiário.

Art. 6º Os Beneficiários devem manter arquivados os documentos que comprovam a utilização e gestão dos recursos públicos repassados pelo FES, conforme preconiza o § 2º do art. 25 do Decreto Estadual n.º 45.468/2010.

§1º Os documentos que se referem o caput deste artigo devem ser arquivados na sede do Beneficiário, em bom estado de conservação, numerados e rubricados, pelo prazo de 10 (dez) anos.

§2º Os documentos devem ser arquivados em processos anuais de prestação de contas, de acordo com o Termo de Compromisso ou Termo de Metas de referência.

§3º Cabe aos Beneficiários providenciar, até o mês de dezembro de cada ano, o arquivamento dos documentos do processo anual de prestação de contas, conforme § 2º do art. 25 do Decreto Estadual n.º 45.468/2010.

§4º Os documentos arquivados subsidiarão o preenchimento do formulário da Prestação de Contas via GEICOM, não podendo, o Beneficiário, escusar de preencher as informações no sistema por falta de documentação.

§5º Os documentos devem ficar à disposição da Secretaria Estadual de Saúde – SES/MG, dos órgãos de controle interno e externo Municipal, Estadual e Federal, bem como dos Conselhos de Saúde.

§6º As informações inseridas no sistema GEICOM são de inteira responsabilidade do representante legal do Beneficiário estando este sujeito às penalidades

*administrativas, civis e criminais quando constatada a sua falsidade ou inverdade.
(...)*

Importante apontar que não houve a apresentação de justificativa específica acerca da ocorrência da prestação de contas. A manifestação da Recorrente destaca procedimentos relativos a tomada de contas especial, bem como procedimentos regidos pela Lei 8666/93.

Assim sendo, ante a falta de manifestação válida, acompanhada de suporte probatório apto a afastar a irregularidade identificada, nossa opinião é pela manutenção da penalidade aplicada pela Auditoria/SES.

8 – Constatação nº 648971 – *A SMS de Manhauçu não promoveu a devida alteração/complementação nas LDO e LOA 2020 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.*

A equipe de auditoria evidenciou:

"Durante a auditoria, verificou-se que as LDO e LOA 2020 foram elaboradas, contudo a SMS não promoveu solicitação para alterações ou complementações contemplando as questões relacionadas ao combate a Pandemia do Coronavírus, não sendo identificadas as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID 19."

Manifestação do auditado:

"Trata-se da devida alteração/complementação nas LDO e LOA 2020 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19. Ressalto que foi realizada pela equipe técnica da secretaria de saúde, mais especificamente pelo setor de planejamento da SMS, a solicitação por meio de ofício, para alterações e complementações necessárias às ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID 19. Inclusive sendo estas apresentadas ao Conselho Municipal de Saúde vigente à época. Tal solicitação foi encaminhada a gestão municipal para que tais adequações fossem incorporadas a LDO e LOA. Neste sentido vale encaminhar a Vª Sª. os decretos nº 390 de 20/04/2020, nº 395 de 13/05/2020, nº 412 de 02/07/2020, nº 415 de 22/07/2020, nº 418 de 29/07/2020, nº 449 de 04/11/2020, nº 450 de 09/11/2020 e nº 463 de 02/12/2020 todos em anexo, os quais foram elaborados para o atendimento das despesas relativa aos gastos durante o período da COVID. A expedição destes decretos está prevista no artigo 5º da lei 4008 de 18 de dezembro de 2019 (LOA) que diz: Art. 5º. Durante a execução orçamentária, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) das despesas fixadas nesta Lei, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, mediante decreto do Executivo, podendo para tanto: a) anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias, conforme disposto no inciso III, §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64; b) utilizar o excesso de arrecadação na forma do §3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64; c) utilizar o superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, na forma do §2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64; Desde já agradeço a oportunidade de esclarecer os fatos identificados e continuo à inteira disposição da equipe de auditoria para contribuir com este processo que tanto acredito, na gestão do sistema único de saúde – SUS. Caso seja necessário me coloco a disposição para encaminhar os documentos impressos também por via correio. Reitero ainda que caso seja viável para os auditores me disponho a ir pessoalmente na superintendência de saúde para encontrá-los e entregar pessoalmente todos os documentos, assim como esclarecer quaisquer dúvidas que ainda existirem."

O Decreto Federal nº 10.360, de 21 de maio de 2020, que dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos, estabeleceu:

Art. 1º As autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, de que trata o art. 1º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, observarão os seguintes critérios:

(...)

II - as autorizações de despesas constantes da [Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020](#), e de seus créditos adicionais abertos, que sejam direcionadas ao enfrentamento da **covid - 19** e de seus efeitos sociais e econômicos, mas constem de programações orçamentárias que não se destinem exclusivamente a essa finalidade, deverão receber marcador de plano orçamentário cuja codificação será iniciada por “CV”; ou

III - as demais autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da **covid-19** e de seus efeitos sociais e econômicos que não puderem, por razões técnicas devidamente justificadas, ser identificadas na forma definida nos incisos I e II, deverão ser identificadas na forma a ser definida pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e disponibilizadas para acesso público em sítio eletrônico. (...)

Conforme transcrito, a Recorrente informa que foi feita solicitação de alterações e complementações necessárias as ações, programas e despesas a serem incorporadas a LDO e LOA. Anexou cópia de Decretos elaborados para atendimento a despesas relativas a gastos com a COVID-19.

Em que pese o apontado, não houve suporte probatório apto a demonstrar que medidas foram adotadas visando corrigir a irregularidade identificada. Os Decretos anexados não são suficientemente válidos, ao nosso entender, para afastar a irregularidade em questão.

A unidade visitada, Hospital César Leite (HCL), representada pelo seu Provedor, **Sr. S.O.C.**, em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 483/2023, apresentou recurso administrativo objetivando justificar a constatação não conforme, citada no Relatório Final de Auditoria, por meio do Ofício HCL Nº 309/2023, datado de 08/09/2023.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do Recorrente:

· Manifestação **do Hospital César Leite:**

9 - Constatação nº 650786 – O Hospital César Leite (HCL) não realizou prestação de contas conforme previsto na legislação vigente para os recursos federais oriundos das Portarias GM/MS n.º 1666/2020, 1769/2020, 2021/2020, 2996/2020, 3295/2020, 3296/2020, 3454/2020, 3538/2020, 3576/2020 e 2237/2021.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Durante a auditoria operativa, constatou-se que o HCL não apresentou ou apresentou em atraso ao gestor municipal os documentos que comprovam a utilização dos recursos públicos repassados pelo FNS para enfrentamento à COVID-19 para o rito de prestação de contas, conforme dispõe a legislação em vigor. Portarias GM/MS 1666/2020, 1769/2020, 2021/2020 e 2237/2021: Até a finalização dos trabalhos operativos, as referidas prestações não haviam sido entregues à SMS, Ressalte-se que para a primeira e última (1666/2020 e 2237/2021) o processo está montado com toda a documentação disponível, sendo inclusive encaminhada à equipe de auditoria via peticionamento eletrônico no SEI, mas as outras citadas (1769/2020 e 2021/2020) também não foram fornecidas à Equipe. Portarias GM/MS n.º 2996/2020, 3295/2020, 3296/2020, 3454/2020, 3538/2020 e 3576/2020: As referidas prestações só foram entregues à SMS com atrasos, nas datas de 22/03/22 e 25/04/2022. “

Manifestação do Recorrente:

“O Hospital César Leite acata a advertência escrita, mas ressalta que, em seus 96 anos de atuação junto à Prestação de Serviço Médico Hospitalar, teve todas as suas contas aprovadas na utilização dos recursos públicos, destinados a população mais carente (SUS) , caso em apreço, destaca-se que o período da PANDEMIA foi um momento crítico onde todos os esforços foram voltados ao atendimento dos pacientes acometidos pela COVID – 19 e todos os recursos financeiros foram movimentados em prol de sanar a urgência de saúde pública.

Ante ao exposto pontua-se:

1. Quando a não apresentação de justificativa pelo senhor S.O.C., pessoa física, tendo em vista que à época da auditoria o mesmo era vice-provedor, e continuava ativo na instituição, na justificativa por parte do HCL contemplou resposta por partes dos dirigentes do Hospital, estando intrínseca a resposta do senhor S.O.C.

2. O senhor F.J.L renunciou ao cargo de provedor na data 04/08/2023, o que promoveu a ascensão do senhor S.O.C. ao cargo de provedor. Ressalta-se que o Ofício de nº SES/AUDSUS nº 483/2023 foi recebido nesta unidade na data de 17/08/2023 o que ocorreu após a posse de atual provedor S.O.C.

O Hospital César Leite, buscou utilizar os recursos “COVID” dentro dos princípios de Legalidade e boa – fé, no intuito de combater o cenário de guerra instalado em toda a nossa região.

Na presente data (doc. Anexo) fomos notificados pelo Município de Manhauçu, acerca da obrigatoriedade na apresentação de prestação de contas, salvo quando solicitado pelo ente CONCEDENTE, todavia, ao princípio da legalidade e transparência, buscamos orientação acerca da notificação e encaminhamos ofício aos órgãos competentes, tais quais, Superintendência Regional de Saúde e Administração Pública Municipal, da legalidade da normativa que desobriga a apresentação de prestação de contas ao gestor. Sendo que até a presente data não tivemos resposta, pelos entes ora citados acima.

(...)”

A Lei nº 13.995 de 05/05/2020 que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19. Estabeleceu:

(...)

Art. 3º A integralidade do valor do auxílio financeiro recebido nos termos desta Lei deverá ser, obrigatoriamente, aplicada na aquisição de medicamentos, de suprimentos, de insumos e de produtos hospitalares para o atendimento adequado à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão com a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a pandemia da Covid-19 e com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais, observadas as disposições do caput deste artigo e o disposto no art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

O Recorrente anexou os Ofícios 266/2023, 271, 272 e 273/2023 (DOC. 71389309), buscando orientação sobre a obrigatoriedade do cumprimento da normativa ou portaria acerca da prestação de contas de recursos provenientes das esferas federais e estaduais.

Apesar do alegado, corroboramos com o apontamento da equipe de auditoria, no sentido de que o desconhecimento da legislação não desobriga o cumprimento da obrigação legal. Assim, consideramos que a argumentação do Recorrente não deverá ser merecedora de acolhida capaz de afastar a irregularidade identificada.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades indicadas nos **itens nº 1 (constatação nº 648628), nº 2 (constatação nº 648675), itens nº 4 (constatação nº 651139), nº 7 (constatação nº 648920), itens nº 8 (constatação nº 648971) e nº 9 (constatação nº 650786)**. Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, porém negando-lhe provimento para manter as penalidades de Advertência Escrita.

Já com relação às irregularidades indicadas nos **itens nº 3 (constatação nº 648795), nº 5 (constatação nº 650680) e nº 6 (constatação nº 650681)**, consideramos que foram apresentadas justificativas válidas, aptas para afastar as irregularidades ou demonstrar que as necessárias correções

estavam em andamento, à época de apresentação do recurso administrativo. Situação em que nossa opinião é pelo cancelamento das penalidades aplicadas nos respectivos itens.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatadas reincidências das não conformidades aqui mencionadas, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários do SUS.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **82376928** e o código CRC **5AF941CC**.

